

Grupo de Trabalho; Etnografias Urbanas: a casa, a rua e o bairro de uma perspectiva antropológica

26ª Reunião Brasileira de Antropologia (26ª RBA), Porto Seguro, 1º a 4 de junho de 2008.

Redes sociais urbanas: casa, família e vizinhança¹

Simoni Lahud Guedes

Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Universidade Federal Fluminense

Resumo:

Apresentando as principais conclusões de pesquisa realizada no bairro de Porto da Pedra, São Gonçalo, pretendo, nesta comunicação, discutir as redes sociais de parentesco e vizinhança, caracterizadas pelo *enraizamento* local, em segmentos de trabalhadores urbanos estabilizados, no bairro de Porto da Pedra, no município de São Gonçalo. Será destacada a importância da casa própria, como recurso para a rede familiar e de parentesco, muitas vezes desdobrada em *quintais*, que congregam diversas casas unifamiliares, constituindo-se em um dos principais recursos coletivos de que dispõem, locus de solidariedade familiar e conflitos. Serão, ainda, acentuadas algumas das formas pelas quais este segmento vivencia suas condições sociais de existência e os mecanismos socioculturais de que se utiliza para enfrentar as dificuldades e contradições inerentes à sua posição na sociedade.

Palavras-chave: redes de parentesco – vizinhança – trabalhadores

Redes sociais urbanas em Porto da Pedra, São Gonçalo

Não há nada tão oposto aos não-lugares da modernidade, tão bem percebidos por Marc Augé (1994), quanto os bairros de trabalhadores, espécimes perfeitos desta criação conjunta do antropólogo e seus nativos a que, segundo o mesmo autor, reservamos o termo “lugar antropológico”, ou seja, “o princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

de inteligibilidade para quem os observa” (Augé, 1994, p. 51). José Guilherme Magnani, com grande felicidade, destaca a categoria nativa “pedaço” (1984) para dar conta da especificidade destes modos de viver o espaço de moradia que têm os trabalhadores brasileiros. Embora o termo não seja encontrável, grosso modo, na região metropolitana do Grande Rio, os lugares de residência dos trabalhadores são vivenciados exatamente da mesma forma, como “pedaço” no qual sou reconhecido. Isto não implica, entretanto, que as avaliações do lugar sejam sempre estáveis. Na verdade, são extremamente tensas, entrelaçando representações sociais contraditórias e práticas sociais aprovadas e reprovadas. Como veremos, a mesma prática social pode ser motivo de uma avaliação extremamente positiva do lugar e uma avaliação extremamente negativa, dependendo da posição em que é vivida.

Nesta comunicação, apresento alguns resultados de pesquisa² realizada em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, no bairro de Porto da Pedra. Trata-se de uma área que foi ocupada há algumas décadas pelos trabalhadores, valorizando-se inicialmente pela presença de um poderoso parque industrial, hoje decadente, e, na atualidade, pela proximidade dos centros políticos, comerciais e econômicos do Grande Rio, através, especialmente, de um pequeno trecho de rodovia federal que liga estes bairros rapidamente a Niterói e ao Rio de Janeiro. Trata-se também de uma área litorânea, próxima ao porto de Niterói e aos inúmeros estaleiros de grande, médio e pequeno porte existentes na região que, embora tenha sofrido, nas últimas décadas do século XX, um processo de esvaziamento, manteve algumas de suas características, agora renovadas com a revitalização da produção naval (cf. Guedes, 1997). Esta característica explica a forte presença de operários navais e metalúrgicos ligados à indústria naval, bem como de marinheiros aposentados. Atualmente, o município de São Gonçalo, predominantemente ocupado por diversos segmentos de trabalhadores, está sendo loteado em áreas mais distantes destes centros, em seus 2º e 3º distritos, o que envolve inúmeras dificuldades de transporte para estes trabalhadores que, em geral, só encontram postos no mercado de trabalho nas regiões centrais da metrópole.

Contudo, é necessário destacar também que esta localidade, como a grande maioria das localidades residenciais no Grande Rio, destaca-se pela contiguidade de algumas diferenças, configurando uma relativa heterogeneidade social. Trata-se, evidentemente em escala muito menor, do padrão de ocupação da região metropolitana do Grande Rio que, na cidade do Rio de Janeiro, produziu a contiguidade entre diversos níveis de pobreza e riqueza.

² Esta pesquisa foi realizada em 2006, como parte de um projeto mais amplo, denominado “Desenvolvimento regional e desigualdades sócio-produtivas: tendências recentes, redefinições conceituais e desdobramentos em termos de políticas públicas”, Convênio CEBRAP, IPEA, FINEP, coordenada por Ronaldo de Almeida, pesquisador do CEBRAP.

No caso de Porto da Pedra, pode-se falar de uma heterogeneidade social relativa pois, se as diferenças entre o acesso a recursos diversos é facilmente registrável, não ultrapassam determinados limites. Assim, se é um bairro em que grande parte dos moradores dispõe da casa própria, há diferenças bastante expressivas entre estas casas. Predominantemente autoconstruídas, refletem a disponibilidade de recursos familiares ao longo de anos, décadas muitas vezes. Há residências maiores, bem acabadas, ornamentadas segundo uma estética própria, muito valorizada no local³ ao lado de outras muito precárias. Há, ainda, especialmente no bairro próximo de Vila Lage, também estudado na pesquisa, diversos conjuntos habitacionais, em estados muito diversos de conservação e que sofreram intervenções diversas de seus moradores (cf, Valladares, 1979, para este processo de intervenção). Da mesma forma, outras características apresentam-se de modo heterogêneo. Há inserções formais e estabilizadas no mercado de trabalho bastante diversificadas, configurando-se um espectro que vai de empregos domésticos a pequenos funcionários públicos, registrando-se também alguns pequenos proprietários, além de inúmeras inserções informais e diversas pessoas desempregadas. Os níveis de escolaridade, do mesmo modo, refletem algumas das estratégias deste segmento: encontram-se desde analfabetos funcionais, geralmente algumas pessoas mais idosas, até jovens pós-graduados, níveis obtidos como resultado de estratégias familiares.

Nesta comunicação serão destacadas a relação entre casa, família nuclear e redes sociais de parentesco e vizinhança em bairros de trabalhadores, concepções sobre as quais venho refletindo há alguns anos⁴. O argumento principal aqui desenvolvido parte da relação entre casa e família nuclear, como modelos de referência, nem sempre realizado, enfatizando também que é impossível compreender a família nuclear entre trabalhadores urbanos sem colocá-la no interior de redes de parentesco e vizinhança. Desse modo, se a unidade analítica inicial pode ser a unidade residencial familiar, esta se constitui numa estratégia para alcançar as redes sociais nas quais se inserem.

Além das redes de parentesco e vizinhança, é necessário, ainda, considerar que há inserção em outras redes, que denomino redes sociais mediadas, que acionam um outro processo através dos quais podem ser destacadas algumas vias pelas quais valores e significados dos trabalhadores colam-se, dialogam, respondem ou confrontam-se com as expectativas provenientes de outros agentes sociais. Sob tal ponto de vista, esta perspectiva permite refletir acerca das formas pelas quais estes referenciais culturais dos trabalhadores se

³ Uma delas, inclusive, dispondo de uma pequena mas simpática área de lazer familiar, significativamente fechada aos olhos da vizinhança, com piscina e churrasqueira.

⁴ Nesta comunicação recupero questões que já elaborei em trabalhos anteriores. Cf Guedes, 1998 e Guedes e Lima, 2006.

transformam, reinterpretando, rejeitando ou incorporando princípios e práticas sociais provenientes de outras classes ou segmentos sociais. Além disso, a inserção tanto nas redes de parentesco e vizinhança quanto nas redes sociais mediadas permite compreender alguns circuitos de circulação de bens materiais e simbólicos e serviços compreendidos sob a categoria fundamental da *ajuda*.

Este foco analítico permite investigar as aberturas, porosidades e transformações da configuração de idéias-valores que constituem o ser trabalhador em correlação direta com as práticas sociais que gera. Não se trata apenas, evidentemente, de um sistema simbólico fechado e bem delimitado resultante exclusivamente das condições materiais de existência. Ao contrário, como em qualquer outro contexto sociocultural, seus limites estão abertos e em contínua transformação histórica⁵, transformação que, muitas vezes, resulta de suas relações com outras perspectivas e outros agentes sociais, sendo tanto orientada quanto orientando as práticas sociais. O que fica em foco aqui, portanto, não são exclusivamente os focos simbólicos e práticas sociais próprias da cultura de trabalhadores mas também algumas das formas pelas quais estas concepções são “rearranjadas” a partir de novos valores e significados propostos por instituições específicas. Este processo histórico pode produzir um sem-número de formas empíricas diversificadas que, contudo, mantêm uma certa identidade pois corporificam em algumas práticas sociais as referências simbólicas que lhes dão sentido em cada conjuntura.

Tomar a unidade residencial familiar como unidade analítica inicial, nesta pesquisa, partiu do pressuposto de que a casa é, para os trabalhadores brasileiros, o espaço social fundamental, *locus* da instituição da família (Woortmann, 1982), o mais importante patrimônio material e simbólico a que almejam. Para os trabalhadores urbanos de baixa renda que têm sua inserção na sociedade constantemente ameaçada pelas imensas dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, o acesso a uma casa representando sua inclusão em uma família, pode ser a diferença entre a possibilidade de manter-se nos segmentos mais estabilizados da classe trabalhadora ou transformar-se em um morador de rua, naquele “trabalhador que não deu certo”, na apropriada expressão de Delma Pessanha Neves (1983).

A relação entre casa e família apresenta-se, nas pesquisas que venho realizando, orientada pelo modelo da família nuclear conjugal sendo, em princípio, considerada como o espaço social próprio e inerente a esta instituição social. Neste caso, o pertencimento é delimitado pelas relações conjugais e de filiação, delimitando, ao mesmo tempo, uma unidade com fronteiras claras. Trata-se, como bem o demonstra Lévi-Strauss (1986), de uma das

⁵ Esta questão foi tratada mais longamente em Guedes, 1997, na introdução, assumindo a perspectiva analítica de Duarte (1986), sobre a possibilidade de apropriação *dessubstantivada* de tais configurações de idéias e valores.

formas de organização social mais difundidas no mundo, sendo encontrada em diferentes sociedades e épocas. Contudo, embora possa ser apreendida por um modelo estrutural comum, há importantes diferenças nas formas pelas quais se relaciona com as outras instituições sociais, nas diversas sociedades. Além disso, a relação entre os modelos e suas realizações sofre a interferência de muitas variáveis. Sob este aspecto, é relevante anotar que, entre os trabalhadores urbanos brasileiros, como ressalta a literatura socioantropológica, muitas vezes não é possível adequar-se ao modelo. A predominância de uma “ética do provedor” (Zaluar, 1985) e uma rígida divisão sexual do trabalho entre os cônjuges suporta um modelo ideal que apenas em alguns casos pode ser atingido, resultando em composições familiares diversas que alguns autores têm denominado como “arranjos”. O registro, por exemplo, de um grande número de famílias sem a presença masculina, com mulheres aparentadas de mais de uma geração com suas proles, denominadas como famílias matrifocais, é bastante comum (Neves, 1984; Woortmann, 1987). Estes mesmos trabalhos, todavia, demonstram que tais situações são vividas como provisórias, mantendo-se o projeto de reconstituição das famílias nucleares conjugais, considerando-se o casamento, legalizado ou não, como a forma ideal de constituição da família⁶ De qualquer modo, a casa delimita a família.

Nas etnografias sobre famílias de trabalhadores urbanos no Brasil tem sido registrada tanto a existência da família nuclear conjugal, como importante modelo de referência, quanto a concepção da casa como espaço social inerente à família, espaço social de grande privacidade, não disponível para os olhares externos. Nos bairros periféricos do Grande Rio – e nos bairros de Porto da Pedra e Vila Lage, campos empíricos da pesquisa aqui referida – as casas, em geral, são delimitadas por cercas de diversos tipos, muros e portões, geralmente fechados, com lugares bem determinados para os visitantes que só devem entrar quando convidados⁷. As entradas e portões são limiares, espaços onde uma difusa sociabilidade se exerce, sendo, muitas vezes, os locais nos quais os primeiros contatos para uma pesquisa se efetivam. Aliás, aprender a etiqueta acerca da casa dos trabalhadores nestas cidades é uma das primeiras experiências do etnógrafo e condição para a continuidade do trabalho pois são muito malvistas as pessoas “entronas”, que “se metem na casa dos outros”.

⁶ Neves (1983) vai demonstrar que uma espécie de busca incessante pela reconstituição das famílias nucleares conjugais leva à existência, bastante comum, do fenômeno conhecido como matrifocalidade, ou seja, uma mulher com uma prole, em geral de mais de um pai. As exigências referentes aos papéis sociais masculinos, de difícil realização para os trabalhadores, conduzem a rompimentos sucessivos mas não à desistência de recomposição do núcleo conjugal familiar.

⁷ Evidentemente, o recrudescimento da sensação de insegurança é, em parte, responsável por este fechamento. Mas cercas, muros e portões não são um fenômeno novo na paisagem urbana dos bairros de trabalhadores no Grande Rio de Janeiro.

A valorização desta privacidade, que torna bastante lentos os contatos iniciais para este tipo de pesquisa, associa-se, como algumas pesquisas com trabalhadores urbanos no Brasil têm demonstrado (Duarte, 1986; Sarti, 1996; Guedes, 1997), à concepção da família como totalidade englobante, produtora dos seus membros e não produzida por eles⁸. Neste sentido, a privacidade, que deve ser propiciada pela casa, relaciona-se ao controle da reputação familiar, e liga-se à importância atribuída às avaliações locais sobre a família e sobre cada um de seus membros, no interior de um complexo “código de honra” local (Machado, 1986; Fonseca, 2000).

A importância das relações sociais no local de residência na vida dos trabalhadores está registrada em vários trabalhos. Richard Hoggart (1973, p. 73) já afirmava, em trabalho em bairro de trabalhadores “tradicionais” na Inglaterra de meados do século XX que “toda a gente sabe a vida de toda a gente”. Qualquer pesquisa nestes bairros, no Brasil, pode fazer observação semelhante, ocorrendo o mesmo nos da região metropolitana que investigamos. Há, ao mesmo tempo, um profundo interesse uns pelos outros e uma enorme preocupação em controlar as impressões, como, por exemplo, aquelas que possam ser interpretadas como de excessivo empobrecimento ou enriquecimento familiar e, ainda, aquelas que constituem as qualidades valorizadas do ser trabalhador (Guedes, 1997) Sob esta perspectiva, a família atua como uma “equipe”, no sentido proposto por Goffman (1985, 76 e segts.), cuidando de sua privacidade na casa e de sua reputação no local de residência. Entretanto, não se trata, como afirma Roberto DaMatta de “cenários ou máscaras que um sujeito usa ou desusa” mas “de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias” (DaMatta, 1985, p. 41). Como sustenta o referido autor, em tese bastante conhecida, no Brasil, “casa, rua e outro mundo” compõem espaços específicos e complementares que pressupõem determinadas formas de agir. Para além desta observação mais ampla sobre a sociedade brasileira, no segmento específico que analisamos, os muros físicos e metafóricos que cercam a casa delimitam o que se deseja que seja visto⁹, considerando que controlar a reputação familiar é bastante difícil, tendo em vista a intensas proximidade física e sociabilidade local.

Somando-se às inúmeras variações do modelo idealizado de casa, encontram-se também, nos bairros mais pobres das cidades da região, como de há muito é sabido, os *puxados* ou *puxadinhos*, construções em geral precárias que aumentam, horizontal ou verticalmente, edificações originais. Uma característica essencial do *puxado* é a sua relativa

⁸ Trata-se da construção hierárquica da pessoa, como trabalhada por Dumont (1985), perspectiva bastante explorada nas etnografias sobre trabalhadores no Brasil.

⁹ Uma prática aparentemente irrelevante das donas-de casa como a de colocar panelas muito limpas e brilhantes nos muros para secar, pode ser interpretada, neste contexto, como exibição pública do seu “capricho”, qualidade feminina muito valorizada.

independência em relação à casa a que se liga, aspecto enfatizado, sobretudo, nas entradas, evidenciando a liberdade de movimentação de seus moradores. Grande parte dos *puxados*, como também é sabido, abriga novas famílias que se formam. Respondem, ao mesmo tempo, à prescrição de residências neo-locais para novas famílias de procriação e às enormes dificuldades para obtê-las. Uma outra forma, também bastante comum no Grande Rio, é denominada como *quintal*, reunindo um número variável de casas independentes, em um mesmo lote, ocupadas por famílias que se consideram aparentadas (Guedes, 1998). Esta forma costuma ocorrer em bairros cuja ocupação data de algumas décadas quando os lotes, nas regiões então periféricas, eram maiores. Não é incomum, também, além disso, que, quando há recursos para construção, as casas já sejam projetadas prevendo possibilidades de expansão, sempre contemplando a possibilidade de relativa independência dos novos acréscimos. Duas das casas de moradores que investigamos nesta pesquisa apresentavam, exatamente, esta estruturação. Uma delas tinha, além da casa principal, dois pequenos apartamentos que se alcançavam pela área externa da casa, construídos pelo proprietário para cada um dos seus dois filhos adultos, um deles solteiro e o outro separado. Pela mesma razão, os tetos de concreto - as lajes - são extremamente importantes, valorizando sobremaneira a casa. Podem se constituir tanto em local de encontro, com churrasqueira, por exemplo, quanto em espaço para estender roupa mas representam, principalmente, possibilidade de ampliação futura da casa¹⁰.

A paisagem dos bairros de trabalhadores, no Grande Rio de Janeiro, apresenta-se, assim, como um emaranhado complexo de casas com dimensões distintas, em diferentes estágios de construção e conservação, sendo necessário um olhar cuidadoso para distinguir as relações que encerram entre si. Esta paisagem é, de certo modo, a forma visível assumida pela valorização simultânea da organização nuclearizada da família e das redes de parentesco e vizinhança que alargam as relações da família. Considerando, com Elizabeth Bott¹¹, que “o meio social imediato de uma família urbana consiste em uma rede e não em um grupo organizado” (Bott, 1976, p. 211-212)¹², destacando, nesta generalização, a inexistência de grupos organizados englobantes das famílias nucleares, é necessário compreender como se

¹⁰ Mário da Silva Miranda Neto registrou, em trabalho de campo realizado na Favela da Maré, a insatisfação dos moradores de um conjunto habitacional com as casas cobertas por telhas, sem laje. Expressavam para o etnógrafo a importância da laje nas casas. (Comunicação pessoal).

¹¹ A noção de rede social tem sido sistematicamente desenvolvida na antropologia social inglesa, como desdobramento da ênfase de Radcliffe-Brown nas relações sociais. Há uma resenha sobre a noção de rede na antropologia social inglesa apresentada como anexo ao trabalho de Elisabeth Bott (1976).

¹² A definição de Barnes, desdobrada em várias direções, entre elas a de rede social total, também é uma referência sobre o assunto “A noção de rede social está sendo desenvolvida na antropologia social tendo em vista a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias. As conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes. Por isso, uma análise da ação em termos de uma rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e estrutura interna dos grupos.” (Barnes, 1987: 163).

formam estas redes, em cada caso, ou seja, quais são os princípios de recrutamento considerados como relevantes e, ainda, quais são as formas específicas assumidas por estas relações sociais.

Estas redes sociais, no contexto etnográfico focado, são expressas no idioma do parentesco. Na área pesquisada, assim como em outras, é muito comum as pessoas dizerem que *é tudo parente*, expressão que pode tanto ter como referência a freqüente presença de famílias aparentadas vivendo no mesmo bairro quanto referir-se à extensão do código de parentesco para outras relações.

As relações de vizinhança expressam-se também em avaliações discursivas freqüentes conectando a *tranqüilidade do lugar e a vizinhança*. Falar sobre o lugar significa, sempre, para o bem ou para o mal, falar da vizinhança. O lugar, assim, é, sem qualquer sombra de dúvida, o espaço das relações sociais primárias entre vizinhos e parentes, muitas vezes parentes/vizinhos. Aqui a categoria *ajuda* vai assumir lugar central, em *casos* selecionados, muitos envolvendo situações críticas de doença, para convencer o pesquisador acerca da intensidade destas relações. Do mesmo modo, a ênfase na *ajuda mútua* vem, quase invariavelmente, acompanhada da ênfase na privacidade da casa, muitas vezes sob a fórmula complementar *mas ninguém vive enfiado na casa dos outros*.

Um longo “enraizamento” no local, característica de muitos moradores, dado o processo de constituição do bairro ligado ao vigoroso processo de industrialização já referido, é sempre interpretado a partir do *respeito* e do *reconhecimento* de que são objeto na vizinhança.

Numa das áreas que investigamos mais de perto, há, também, segundo vários destes moradores mais antigos, uma espécie de “cooperação” entre os vizinhos que “vigiam” as suas casas mutuamente, além de observar continuamente a rua, prestando atenção a movimentos ou pessoas estranhas. Caso algo de inusitado seja observado, os vizinhos são alertados e, em alguns casos, alguns homens mais velhos juntamente com jovens do local, buscam aproximar-se do intruso para saber o que faz por ali e, simultaneamente, demonstrar que estão atentos. Em pelo menos um caso, alguns homens, moradores da rua, expulsaram do local um visitante indesejado, conforme nos foi relatado com orgulho.

Mas, para os moradores menos antigos do local, ainda *desenraizados*, como uma mulher de 31 anos, solteira, com uma filha, morando com os pais há menos de cinco anos no local, esta vigilância é muito desvalorizada, contribuindo para seu desgosto com o bairro. Atente-se, ainda, para o fato de que, embora cinco anos pudesse significar, em outros bairros, estabilidade e *enraizamento*, nesta área, ocupada há algumas décadas pelos mesmos moradores, é um período insignificante. Interpretando a mesma prática não como *cooperação*

mas como *fluxico*, *mexerico*, *tomar conta da vida dos outros*, esta jovem mulher critica claramente esta forma de controle por parte de seus vizinhos.

O parentesco é um valor mais amplo e mais difuso do que a família¹³. Relações de amizade ou vizinhança que se estreitam são consideradas como ultrapassando seu âmbito original e se transformam em relações denominadas como de *consideração* ou *parentesco de consideração*¹⁴. As relações de vizinhança, extremamente complexas, envolvem inúmeros conflitos e alianças, alimentados por contínuas *fofocas* (Fonseca, 2000), também categoria de acusação e separação, como identificado acima. Em um conjunto mais amplo de relacionamentos, alguns são selecionados e designados como *parentesco de consideração*. Este tipo de relacionamento é, muitas vezes, duplicado pelo compadrio, que envolve compromissos inelutáveis por parte dos padrinhos e estreita ainda mais as relações estabelecidas. Inversamente, a preexistência de relações de parentesco considerado como consanguíneo ou por aliança não implica, necessariamente, na inclusão em uma rede social. O parentesco é, freqüentemente, questionado, quando o comportamento não corresponde às expectativas geradas por sua preexistência. Ou seja, embora possamos afirmar que o idioma básico destas redes sociais é o parentesco, os *parentes* são selecionados em um contexto mais amplo de relacionamentos sociais. Foram encontrados, nesta pesquisa, alguns exemplos bastante significativos deste processo: há filhos ou irmãos que não são considerados parentes por não partilharem os compromissos esperados; há sogro da filha incorporado à rede de entre-ajuda, há vizinhos que se consideram como parentes.

Desse modo, as configurações desenhadas pelas redes de parentesco e vizinhança são bastante diferenciadas, pois são nitidamente percebidas como construção seletiva dentro um conjunto potencialmente muito mais amplo, o conjunto aberto de relações que são concebidas como relações biológicas entre os indivíduos (relações de *sangue*), as relações estabelecidas pelos casamentos e as relações de *consideração*.

O princípio da reciprocidade (Mauss, 1968), dimensão intensamente explorada no trabalho de Sarti (1996), é, sempre, o fiel da balança nestas relações que estão, continuamente, sendo avaliadas. Partilhando valores, significados e condições materiais muito próximas, os relacionamentos qualificados não se esgotam na família e no partilhar uma casa. Estas redes sociais de obrigações mútuas supõem, por exemplo, uma complexa sociabilidade, condição e pressuposto da continuidade das relações sociais que encerram. São especialmente

¹³ Roberto DaMatta (1987) faz uma análise da família como valor na sociedade brasileira, considerando família como um termo abrangente. Para os efeitos de nosso trabalho, é importante distinguir a família e o parentesco que, aqui, é o idioma básico da rede social.

¹⁴ No limite, esta transposição do idioma do parentesco pode ser estendida para pensar relações assimétricas, por exemplo, entre patrões e empregados quando não são vividas como relação de exploração por parte dos empregados ou quando ultrapassam uma relação estritamente profissional (*meu patrão é como um pai pra mim*).

consideradas a atenção e visita a doentes e, talvez ainda mais especialmente, o que poderíamos chamar uma “sociabilidade cerimonial”. Apesar das permanentes dificuldades materiais, aniversários, noivados e casamentos são, quase sempre, comemorados¹⁵. O fortalecimento ou o rompimento de relações pode depender, diretamente, da participação nestes eventos. Parentes que não comparecem a estas celebrações, sem motivo justificado, são desconsiderados como tal.

Do mesmo modo, estas redes sociais facilitam a inserção sempre problemática no mercado de trabalho, em todos os seus segmentos. A circulação de saberes, habilidades e competências específicas, produzem, simultaneamente, reconhecimentos, que considerados ao mesmo tempo que as avaliações morais, levam a uma socialização do capital social contido em relações simétricas e assimétricas, possibilitando, muitas vezes, a obtenção de empregos ou serviços temporários.

Há, ainda, uma série extensa de obrigações mútuas que se expressa na categoria nativa *ajuda*, amálgama das relações e, ao mesmo tempo, motivo principal dos conflitos e dissensões constantes. Esta categoria, cujo registro se encontra em diversas etnografias, sintetiza as expectativas que cercam estes relacionamentos, envolvendo, inclusive, as trocas materiais em intensos significados. Não retribuir, o que ocorre muitas vezes, determina afastamentos, eventualmente definitivos e a redefinição de relacionamentos. Nesta espécie de *kula* urbano, de trocas cotidianas, circulam coisas, serviços, pessoas. Através das obrigações mútuas que constituem as seletivas redes de parentesco e vizinhança, circulam, como doação, cessão ou empréstimo diversos tipos de bens, inclusive casas, dado facilmente registrável em qualquer trabalho pois muitas famílias residem em casas que designam como cedidas ou emprestadas.

Mas circulam, principalmente, pessoas. Neste sentido, as redes sociais, lidas no idioma do parentesco, fazem com que, nas casas muradas, as famílias sejam abertas. Não é, absolutamente, incomum que novos membros sejam agregados às famílias nucleares, como parte das obrigações mútuas que percorrem as redes em todos os sentidos. Sob este ponto de vista, as famílias nucleares contidas nas casas assumem, muitas vezes, a formatação de famílias extensas. Há uma diferença essencial, entretanto, entre a agregação de membros adultos, situação sempre vivida como provisória tanto pelos receptores quanto pelo agregado, e a de crianças. A agregação de crianças, de uma frequência impressionante, denominada por Claudia Fonseca (1995), em pesquisas no Rio Grande do Sul, como circulação de crianças¹⁶, é, na maior parte das vezes, permanente. Mais do que isso, a forma como esta agregação é

¹⁵ Por exemplo, uma mulher investigada na pesquisa estava projetando comemorar os 10 meses da filha, com um *bolinho e refrigerantes*, pois não tinha podido comemorar os aniversários anteriores (meses).

¹⁶ A referida antropóloga vai relacionar, diretamente, a circulação de crianças e as redes sociais. Afirma que “se, por um lado, às vezes se formam redes em função da sobrevivência da criança, por outro lado as crianças podem ser usadas como elemento de troca, para consolidar certas redes já existentes.” (Fonseca, 1995, p. 32).

feita, nos bairros periféricos do Grande Rio, demonstra que, apesar da enorme importância da rede social de parentesco e vizinhança, na casa predomina o idioma da família nuclear. Assim é que netos, sobrinhos, afilhados e, até, em alguns casos, filhos de vizinhos mais pobres, são incorporados como filhos e como tal são considerados. É extremamente recorrente, por exemplo, a presença de netos, criados como filhos, que tratam os avós como pais. É também bastante comum que uma pessoa ou um casal idoso procure uma criança *para criar*, considerando-a como filho.

Estes dados são muito significativos. Explicitam uma forma específica de conciliar um recorte mais fechado da família, considerada idealmente como nuclear e conjugal, e a intensa vivência em redes sociais altamente seletivas, de parentesco, compadrio e vizinhança pela qual tudo circula. O direito inquestionável à inclusão na casa encerra-se nas relações propostas pelo modelo da família nuclear conjugal que, de fato, só se realiza em algumas situações. Desse modo, esta família se abre, das duas formas apontadas acima, para agregar novos membros, provenientes das redes sociais que ligam as pessoas através de obrigações mútuas sem que, em nenhum momento, deixe de associar casa e família nuclear conjugal quer concebendo como provisórios os arranjos que a estendem, quer transformando em relação de filiação a incorporação das crianças que circulam constantemente na rede.

Esta forma específica de, continuamente, recriar a família nuclear conjugal, abrindo-a para as redes sociais, pode ser considerada, também, como uma das formas pelas quais os trabalhadores adequam-se a um modelo de família que se naturalizou como o modelo, impondo-se por diversas vias. É o modelo de família instituído em todos os níveis do Estado, com os quais toda a sociedade tem que conviver, mesmo que dispondo de instrumentos e poder diverso para fazê-lo. Todas as relações institucionais, de cunho jurídico ou não, que se apresentam dirigidas à família delimitam o núcleo conjugal e sua prole¹⁷ como aquele dotado de direitos e deveres especiais. Nesse sentido é, como acentua Bourdieu (1996), uma ficção bem fundamentada, de certa maneira imposta pelas representações sobre a família que orientam os diferentes agentes sociais, em particular os que são dotados de poder estatal.

Famílias abertas, porosas às relações de parentesco, compadrio e vizinhança são a forma pela qual os trabalhadores urbanos, na região metropolitana do Grande Rio, criam a sua própria “ficção bem fundamentada”.

Além disso, é preciso registrar que as diversas redes sociais constituídas pelas vivências do parentesco e da vizinhança nos bairros de trabalhadores conectam-se, em muitos pontos, com outras redes constituídas a partir de princípios distintos de recrutamento, como,

¹⁷ Em dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, da Uff, sob minha orientação, Gláucia Maria Pontes Mouzinho (1999) demonstra como o Programa Médico de Família, em Niterói, opera com este modelo e, por esta via, o impõe.

por exemplo, algumas oriundas de adesões religiosas específicas. Do mesmo modo, a partir da última década do século XX, houve, em todo o Brasil, uma enorme proliferação de ONGs, lutando por “direitos sociais” e “cidadania”, oferecendo bens e serviços diversificados, muitas vezes financiadas, direta ou indiretamente por recursos públicos, embora, nesta conjuntura, se registre “o desmonte dos direitos e a diminuição da responsabilidade do Estado com relação às políticas sociais” (Landim, 2002: 43)¹⁸. Nas redes sociais mediadas, as relações simétricas, baseadas no partilhar condições de vida, valores e significados, são constituídas com a participação de instituições que têm dimensões extra-locais, estabelecendo um campo de interação social ainda mais complexo pois envolve “interações entre categorias sociais e níveis sociais distintos” (Velho e Kuschnir, 2001). Como afirma Duarte (2001, p. 129) “o tema da mediação é, certamente, um dos mais críticos da antropologia e das ciências sociais em geral, na medida em que mediação é relação, conexão, vínculo – seja no sentido cultural, seja no social. (...) trata-se da comunicação entre diferentes planos e atores da vida social”.

A sustentação das unidades residenciais familiares por estas redes sociais – sejam as de parentesco, as de vizinhança ou as mediadas – tem sido foco de minha investigação, visando evidenciar que recursos materiais e simbólicos circulam por estas redes, em que sentidos circulam, de que modo interferem nas práticas e representações sociais dos investigados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994
- BARNES, J. A. – *Redes sociais e processo político*, in Feldman-Bianco (org.), Antropologia das Sociedades Contemporâneas, São Paulo: Global, 1987.
- BOTT, Elizabeth – Família e rede social. Papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre – “O espírito de família”. In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- DA MATTA, Roberto – *A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira*, Pensando a Família no Brasil, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Edufrj, 1987.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUARTE, Luiz Fernando D. – Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Brasília: CNPq, 1986.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Comentários*. In Velho, Gilberto e Kuschnir, Karina (orgs.), Mediação, cultura e política. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

¹⁸ Para uma análise preliminar das organizações não-governamentais na América Latina, parte fundamental do denominado “terceiro setor”, ver Fernandes (1994), Landim (2002), Oliveira (2002), Garcia, Landim e Dahmer (2003) entre outros, em uma bibliografia que começa a se multiplicar embora seja ainda insuficiente.

DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FONSECA, Claudia - Caminhos da Adoção, São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2000.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUEDES, Simoni Lahud – Jogo de Corpo. Um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: Eduff, 1997.

GUEDES, Simoni Lahud e LIMA, Michelle. *Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores*. In Barros, Myriam Lins (org.), Família e gerações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

GUEDES, Simoni Lahud. *Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais*. Caderno CRH, Salvador, n. 29, 1998.

HOGGART, Richard – As Utilizações da Cultura. Aspectos da vida classe trabalhadora, Lisboa: Presença, 1973.

LANDIM, Leilah – *Múltiplas identidades das ONGs*. In Haddad, Sérgio (org.), ONGS e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A família* In: O olhar distanciado. Lisboa: Edição 70, 1986.

MACHADO, Lia Zanotta – *Família, honra e individualismo*. Anuário Antropológico 85, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

MAGNANI, José Guilherme. Festa no Pedaco: festa popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984

metrópole. In Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2000.

MAUSS, Marcel - Sociologie et anthropologie, Paris: PUF, 1968.

NEVES, Delma Pessanha – *Nesse terreiro galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda*, Anuário Antropológico 83, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

NEVES, Delma Pessanha. *Mendigo, o trabalhador que não deu certo*. Ciência Hoje. ano 1, n. 4, 1983.

SARTI, Cynthia Andersen – A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres, São Paulo: Autores Associados, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.), Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.), Mediação, cultura e política. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

WOORTMANN, Klaas. A Família das Mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

WOORTMANN, Klaas. *Casa e Família Operária*. Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.